

Que espaço para o património marítimo na política do mar? - uma reflexão para uma acção

Inês Amorim*

A proposta está plena de intencionalidades. Procura-se, de alguma forma, reflectir, em conjunto, acerca da pertinência em agendar, como vector norteador da política do mar, a visibilidade do património marítimo, o seu estudo, inventariação e divulgação.

Do ponto de vista dos conceitos acerca da classificação do património só poderemos falar em património imóvel, móvel e imaterial, sendo que, por sua vez, ele se subdivide em diferentes subcategorias. Como se insere, nesta formalidade, o património marítimo?

Conceitos como património e as respectivas abordagens conceptuais estarão subentendidas e subjacentes, assim como noções em torno de culturas marítimas, que darão uma visão mais holística ao conceito de património e de cultura, ressaltando esta como o quarto pilar da sustentabilidade ("...cultural diversity is as necessary for humankind as biodiversity is for nature"; http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13179&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html), fundamento para a “necessidade” em conhecer o património. Além do mais, sublinhe-se que património marítimo não poderá desarticular o natural e o cultural, porque por definição, o património cultural inclui todos os aspectos do meio ambiente resultantes da interacção entre as pessoas e os lugares através do tempo (Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, assinada em Faro em 27 de Outubro de 2005 *Diário da República*, 1.^a série — N.º 177 — 12 de Setembro de 2008).

Para a França e Inglaterra as definições são já claras, mesmo que discutíveis e, por isso, o património marítimo é, hoje, um tópico e uma acção. A definição jurídica, tutelar é assumida da escala regional à nacional e deu origem a outros tantos projectos (*"The littoral : challenge, dialogue, action"* - Lille, France, 16-18 january 2008; Céline Frémaux Mars & Juillet 2007 – Projet D'opération Nationale D'inventaire Général Du Patrimoine Culturel Littoral, <http://www.developpementculturel.culture.gouv.fr/rapfremauxdapa.pdf>

O que procuraremos, tendo este pano de fundo, é olhar comparativamente, para a realidade portuguesa. Num primeiro momento, avaliar as oportunidades sociais e políticas, o potencial científico e institucional e o potencial de patrimonialização. Num segundo momento, far-se-á um ponto da situação acerca dos avanços em termos de conceptualização do património marítimo e sua identificação em Portugal. Neste sentido, poder-se-á seguir um trajecto: que acções de valorização/preservação/recuperação/mediação? que acções de envolvimento das populações? que acções educativas e de formação? que acções de divulgação (exposições, edições, etc.)? que trabalho científico de investigação? que trabalho técnico de inventário? Poder-se-á mesmo avaliar em que medida os critérios de valorização e preservação patrimonial

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto, DHEPI, CITCEM.

poderão ser activados (potencialidade científica, potencialidade monumental, raridade, estado de conservação, valor de conjunto).

Finalmente algumas propostas, a partir de experiências já realizadas, procurarão apontar, humildemente, algumas sugestões de mobilização em torno do património marítimo. Trata-se de uma fronteira local, regional, como fixação identitária, ou uma alegoria da cultura, abstracta e global (perguntas colocadas em *Patrimónios marítimos e museologia*, 19-20 Outubro de 2007, em <http://museumaritimoilhavo.blogspot.com/>).

Os materiais a utilizar são, sobretudo, resultado da informação legislativa, dos documentos disponibilizados pelas instituições com responsabilidade na divulgação de acções (museus, associações cívicas e mutualistas) e universidades. Sem dúvida uma voz institucionalizada. Veremos que “outras vozes” poderemos encontrar.

Palavras-chave: património, mar, política, estratégias